



São Paulo, 21 a 23 de Julho de 2014

**Novas Perspectivas
na Pesquisa Contábil**

A Gestão Familiar como Fator de Influência do Nível de Disclosure de Ativos Intangíveis

ANDRE DE SOUZA SIMIL

Universidade Federal de Minas Gerais

OCTAVIO VALENTE CAMPOS

Universidade Federal de Minas Gerais

A GESTÃO FAMILIAR COMO FATOR DE INFLUÊNCIA DO NÍVEL DE *DISCLOSURE* DE ATIVOS INTANGÍVEIS

RESUMO

O objetivo principal deste estudo é verificar se há diferença nos níveis de evidenciação dos ativos intangíveis entre as empresas familiares e não familiares listadas na BM&FBovespa diante da Deliberação CVM nº 644/2010, que aprova e torna obrigatória, para as companhias abertas, a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis. Foram identificadas as entidades cujo controle fosse familiar por meio da análise do Formulário de Referência de todas as 525 empresas listadas na BM&FBovespa. Na sequência, procedeu-se à análise de seus Balanços Patrimoniais e Notas Explicativas para a construção do índice de aderência ao CPC 04 (R1) de cada uma delas, por meio do *checklist* estruturado na pesquisa de Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012). Os dados coletados foram analisados por meio da estatística descritiva e inferencial com o auxílio do software *Stata*. A partir da premissa de que “as empresas familiares possuem características aderentes à gestão conservadora” (Machado, Almeida e Scarpin, 2011) foi formulada a hipótese de que o nível de *disclosure* dos ativos intangíveis das empresas familiares é menor quando comparado ao das companhias não familiares. A partir dos resultados encontrados, não se pôde rejeitar a hipótese nula deste estudo, verificando, que não há diferenças significativas entre os níveis de *disclosure* das entidades dos dois segmentos analisados. Entretanto, foram encontradas diferenças estatisticamente relevantes nos níveis de divulgação que dizem respeito aos gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas.

Palavras-chave: evidenciação, ativos intangíveis, *disclosure*, propriedade familiar, CPC 04 (R1)

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Braga e Almeida (2008), o processo brasileiro de harmonização aos padrões internacionais teve início em 1990. O cenário, até então, mostrava uma Contabilidade voltada primordialmente ao fisco (IUDÍCIBUS, 2006). Grande parte dos profissionais seguiam as orientações emanadas pela Receita Federal do Brasil como base e critério de mensuração e avaliação de ativos e passivos. Mais tarde, grande evolução se deu pela criação do CPC por meio da Resolução CFC nº 1.055/2005, que tinha por objetivo o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos considerando a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais. A promulgação das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009 alterou e revogou diversos dispositivos da Lei nº 6.404/76, além de tratar a respeito da elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Essas normas previram, sobretudo, que a CVM deveria normatizar observando os padrões contábeis internacionais (BRASIL, 2007).

Cabem destaque as mudanças relacionadas aos ativos intangíveis. Cunha *et al.* (2010) ressalta que, dentre outras mudanças, a Lei nº 11.638/2007 passou a considerar o ativo composto pelo ativo circulante e não circulante, e este último tendo como subgrupos as contas realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangíveis. Foi instituído, também, o CPC 04, inspirado na norma internacional IAS 38. No documento foram apresentados os critérios para reconhecimento, mensuração e divulgação dessa classe de ativos.

Esse novo cenário, contendo novos princípios e normas, imputou aos diversos segmentos empresariais brasileiros a adaptação a essa nova realidade contábil – sobretudo ao nível de *disclosure* e aos ativos intangíveis. Nesse universo, destacam-se as empresas familiares, possuidoras de um particular processo de gestão e de grande relevância no contexto econômico brasileiro. Pesquisas recentes têm tido esse tipo de propriedade como objeto de estudo a exemplo de Boff (2007) e Beuren, Boff e Hein (2008).

Este estudo volta-se a discutir a seguinte questão problema: a gestão familiar das empresas influencia seus níveis de divulgação em relação aos ativos intangíveis? Para respondê-la, foi estabelecido como objetivo geral identificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis praticado pelas empresas familiares e não familiares listadas na BM&FBovespa, tendo por base o exercício social de 2012.

Adicionalmente, os seguintes objetivos específicos foram propostos: verificar, por parte das empresas familiares e não familiares que compõem a amostra, o grau de aderência ao CPC 04 (R1), diante da Deliberação CVM nº 644/2010, que aprova e torna obrigatória, para as companhias abertas, a aplicação desse pronunciamento; e verificar se existem evidências significativas de que o nível de divulgação praticado pelas empresas familiares é diferente daquele praticado pelas empresas não familiares que compõem a amostra.

Esta pesquisa justifica-se, primeiramente, pelo crescente interesse do *disclosure* como objeto de pesquisas. A divulgação de informações ambientais, por exemplo, foi explorada por Rover (2009) e Carneiro *et al.* (2008), enquanto a evidenciação e transparência por parte das entidades do terceiro setor por Zittei, Politelo e Scarpin (2013) e Oliveira (2009). Particularmente à divulgação de informações relacionadas aos ativos intangíveis, abordagem adotada neste estudo, pode-se citar as pesquisas realizadas por Moura *et al.* (2011), Cunha *et al.* (2010) e Santos (2012).

Paralelamente, convém destacar a relevância das empresas familiares no cenário econômico. Lethbrigde (1997) destaca que a nível mundial, empresas controladas e

administradas por familiares são responsáveis por mais da metade dos empregos e, dependendo do país, geram de metade a dois terços do PIB. Entretanto, segundo Paulo e Cavalcante (2012), poucos estudos se concentram em analisar a relação dos dados contábeis com as características particulares da gestão das empresas.

A união desses dois eixos temáticos – evidenciação contábil e propriedade familiar – constitui a principal justificativa deste estudo. O pressuposto adotado aqui é o de que “as empresas familiares possuem características aderentes à gestão conservadora” (Machado, Almeida e Scarpin, 2011).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Os eixos teóricos que objetivam fundamentar esta pesquisa são explorados neste tópico, sob a forma de revisão de literatura.

2.1. EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL

O termo evidenciação, em Contabilidade, é utilizado de maneira bem ampla. Falcão (1995) conceitua evidenciação como a maneira pela qual os mais diversos usuários das demonstrações contábeis obtêm conhecimento do estágio de uma determinada empresa, tanto em termos de situação patrimonial e financeira, como de lucratividade e aplicações de seus recursos. Na visão de Iudícibus (2006), “a evidenciação é um compromisso inalienável da Contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos” e, ainda que as formas de evidenciação variem, a essência é sempre a mesma. Percebe-se que a expressão está ligada, ao mesmo tempo, à transparência e à divulgação das informações contábeis. Cavalcante *et al.* (2009) evidencia essa ligação ao definir que o termo *disclosure* é a transparência na política empresarial, focada em divulgar todas as informações relevantes, boas ou más.

Para Lanzana (2004), algumas entidades têm se envolvido em práticas de divulgação de informações com vistas em buscar diferenciação em relação às demais, seja para angariar maiores recursos dos investidores, seja para manterem relacionamento interessante com o mercado. Hendriksen e Van Breda (1999) e Iudícibus (2006) revelam que um dos objetivos de se divulgar as informações é a transmissão de confiança para a tomada de decisão. Estes autores elencam algumas maneiras de realizar a evidenciação, como a apresentação das demonstrações contábeis, as notas explicativas, as informações entre parênteses, os quadros e demonstrativos suplementares, os comentários e parecer do auditor e o relatório da administração.

2.1.1. NOTAS EXPLICATIVAS

A Lei nº 6.404/1976 claramente prevê, como instrumento de *disclosure*, as notas explicativas, que devem complementar as demonstrações financeiras com informações e quadros analíticos necessários para o esclarecimento da situação patrimonial da entidade (BRASIL, 1976). O CPC 26 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 676/2011 trata da apresentação das demonstrações contábeis e destaca que as notas explicativas devem prover informação adicional que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis, mas que seja relevante para a sua compreensão. Para Colauto *et al.* (2009), visando a qualidade das informações, o legislador e os órgãos de regulamentação têm empreendido esforços para definir as informações que devem ser apresentadas das demonstrações contábeis e nas notas explicativas.

Convém destacar o número expressivo de pesquisas que têm utilizado as notas explicativas como forma de mensurar o *disclosure* como, por exemplo, os estudos conduzidos por Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012), Moura *et al.* (2011), Santos *et al.* (2012), Cunha *et al.* (2010), Lopes *et al.* (2012) e Zittei, Politelo e Scarpin (2013).

2.1.2. FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (FR)

O FR mostra-se como um dos demonstrativos contábeis que promovem a evidenciação contábil por meio da comunicação e transparência. De acordo com o CODIM (2009), o FR é o principal meio de comunicação e prestação de contas a todos os públicos alvos, uma vez que nele estão reunidas informações relevantes tais como, atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração de sua administração.

Souza e Barbosa (2012) indicam que o FR é mais um instrumento de divulgação da informação contábil e é baseado em textos narrativos. Esse instrumento se caracteriza por ser um formulário propriamente dito, em que são evidenciadas informações a respeito de mudanças no estatuto da companhia, alterações no capital social, emissão de novos valores mobiliários, dentre outras informações que buscam melhorar a qualidade daquelas que já são divulgadas periodicamente (SOUZA E BARBOSA, 2012).

O Comunicado CVM de 07 de dezembro de 2009, salienta que o FR promove melhorias na quantidade e qualidade das informações, “trazendo as regras brasileiras a padrões muito próximos daqueles recomendados pelas instituições internacionais especializadas em mercado de valores mobiliários”. (CVM, 2009)

2.2. ATIVOS INTANGÍVEIS

Verifica-se na literatura diversos conceitos de ativo intangível. Iudícibus (2006) o define como o ativo de capital que não tem possui existência física, cujo valor é limitado pelos direitos e benefícios que antecipadamente sua posse confere ao proprietário. Já Martins (1972) mostra que a falta de existência física não é necessariamente uma condição que diferencia os ativos intangíveis. Tal conceito também é defendido por Perez e Famá (2006), ao relatarem que “a definição de ativo intangível como aquele que não possui existência física ou que não pode ser tocado é simplista e incompleta”. A dificuldade em sua definição já é fato relatado por Martins (1972) em sua tese de doutoramento.

Iudícibus (2006) salienta que a definição de intangível precisa conter, de maneira obrigatória, os mesmos conceitos da definição de ativo, além do fator intangibilidade. Hendriksen e Van Breda (1999) assim como Colauto *et al.* (2009) citam alguns exemplos, como nomes de produtos, direitos de autoria, marcas, patentes, franquias, licenças, *softwares* desenvolvidos, concessões públicas, direitos de exploração e operação. Tais conceitos assemelham-se aos contidos na norma brasileira – CPC 04 (R1) – utilizados nesta pesquisa: ativo monetário identificável sem substância física, controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para entidade.

2.3. PROPRIEDADES FAMILIARES

Não há, na literatura, consenso a respeito do conceito de empresa familiar. Moreira

Júnior (1999 *apud* BOFF, 2007) define empresa familiar como “uma organização em que tanto a gestão administrativa quanto a propriedade são controladas, na sua maior parte, por uma ou mais famílias, e dois ou mais membros da família participam da força de trabalho, principalmente os integrantes da diretoria”. Para Floriani (2006, *apud* BEUREN, BOFF e HEIN, 2008) a entidade familiar é “a extensão de uma grande família a partir do núcleo encabeçado pelo empreendedor-fundador e, a partir deste, pelos seus herdeiros e sucessores que irão dar continuidade a um sonho por ele concretizado”.

Bornholdt (2005 *apud* BEUREN *et al*, 2008) lembra que uma empresa familiar é considerada como tal quando pelo menos um dos fundamentos a seguir podem ser identificados na organização: (a) o controle acionário pertence à família e também aos seus herdeiros; (b) as relações afetivas e/ou laços familiares determinam a sucessão no poder; (c) os parentes se encontram em situações estratégicas, como na diretoria ou no conselho de administração; (d) as crenças e os valores da organização identificam-se com os da família; (e) os atos dos membros da família repercutem na empresa, não importando se nela atuam; (f) ausência de liberdade total ou parcial de vender suas participações/quotas acumuladas ou herdadas na empresa.

Neste estudo, foram consideradas empresas familiares aquelas possuidoras de características denominadas híbridas ou de influência familiar, conforme classificação proposta por Lethbridge (1997):

- a) Híbrida: possui capital aberto, porém a família ainda detém o controle.
- b) De influência familiar: a maioria das ações está em poder do mercado, mas a família, ainda que afastada da administração cotidiana, exerce influência estratégica por meio de participação acionária significativa.

2.4. ESTUDOS ANTERIORES

Diversas pesquisas tem tido a evidenciação de ativos intangíveis como objeto de investigação. Na Tabela 1 a seguir, estão resumidos os objetivos, a metodologia bem como os resultados encontrados pelas principais pesquisas utilizadas neste estudo como referencial teórico.

Tabela 1: Estudos anteriores – Resumo

AUTORIA	PRINCIPAL OBJETIVO	METODOLOGIA	AMOSTRA	PRINCIPAIS RESULTADOS
Moura <i>et al.</i> (2011)	Verificar se as empresas com maior conformidade quanto ao <i>disclosure</i> obrigatório dos ativos intangíveis e com maior proporção de tais ativos em seu ativo fixo foram as que apresentaram melhores práticas de governança corporativa	Análise dos BPs, NEs, RAs e IANs; construção de um índice a partir de 16 quesitos, elaborado a partir do CPC 04 (R1)	49 empresas listadas em todos os setores da BM&FBovespa	<ul style="list-style-type: none"> • O maior índice de conformidade das informações sobre intangíveis encontrado foi 94%; • O menor índice de encontrado foi 6%; • O índice médio de conformidade das informações sobre intangíveis encontrado foi 61%

Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil

Lopes <i>et al.</i> (2012)	Verificar o nível de aderência ao CPC 04 das empresas de capital aberto integrantes do setor de bens industriais	Análise dos BPs e NEs; aplicação de <i>checklist</i> contendo 14 itens, elaborado a partir do CPC 04	28 empresas do setor de bens industriais	<ul style="list-style-type: none"> • O índice de conformidade das informações sobre ativos intangíveis foi 61,94%, em média; • 6,71% não divulgaram informações sobre ativos intangíveis, em média; • Foi apontado um nível crescente de aderência com o passar dos anos
Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012)	Apresentar um índice de evidenciação de informações compulsórias sobre ativos intangíveis de empresas listadas no Ibovespa	Análise dos BPs e NEs; construção de um índice a partir de 17 quesitos, elaborado a partir do CPC 04 (R1)	47 empresas listadas no Ibovespa	<ul style="list-style-type: none"> • O maior nível de <i>disclosure</i> de ativos intangíveis encontrado foi 88%; • O menor nível de <i>disclosure</i> de ativos intangíveis encontrado foi 24%
Santos <i>et al.</i> (2012)	Verificar a evidenciação dos ativos intangíveis nas companhias industriais mais inovadoras, segundo o IBI	Análise dos BPs, NEs e RAs; aplicação de <i>checklist</i> contendo 21 itens, elaborado a partir do CPC 04	5 empresas posicionadas no <i>ranking</i> das mais inovadoras, segundo o IBI	<ul style="list-style-type: none"> • 100% das empresas analisadas divulgaram informações sobre ativos intangíveis em suas demonstrações contábeis; • As NEs foram o canal mais utilizado para essa divulgação

Fonte: elaboração própria

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os dados necessários à realização deste estudo foram obtidos por fontes secundárias, no sítio eletrônico da BM&FBovespa, nos meses de julho e agosto de 2013. Foram utilizados o Balanço Patrimonial (BP), a partir das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), os Formulários de Referência e as Notas Explicativas das empresas que compõem a amostra. A compreensão das informações do conteúdo desses demonstrativos tem por premissa que todas as informações divulgadas pelo emissor devem ser escritas em linguagem simples, clara, objetiva e concisa (CVM, 2009).

A amostra inicial foi constituída por todas as empresas listadas na BM&FBovespa, totalizando 525 entidades. Utilizando a mesma metodologia proposta por Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012), foram excluídas da amostra aquelas empresas que não apresentaram saldo na rubrica “Intangível” de seus Balanços Patrimoniais, somando-se 135 empresas. Foram retiradas, também, aquelas entidades que não disponibilizaram as demonstrações contábeis

necessárias à realização deste estudo, por motivos diversos. No Brasil, a negociação de valores mobiliários em mercados regulamentados depende de prévio registro na CVM. Seu emissor deve requerê-lo em uma dentre as categorias A ou B. Quando pela escolha do registro na categoria B, dentre outras implicações, a entrega do FR, especificamente o item 12.9 – relações familiares, é facultativa. (CVM, 2009). Um total de 38 empresas não o fizeram e, por esse motivo, foram excluídas da amostra.

De maneira semelhante, aquelas entidades que se encontravam em processo de recuperação judicial foram excluídas, visto que “o emissor em recuperação judicial é dispensado de entregar o formulário de referência até a entrega em juízo do relatório circunstanciado ao final do processo de recuperação” (CVM, 2009, art. 36). Foram identificadas 12 entidades nessa situação.

Houve, ainda, um total de 8 empresas que não apresentaram suas demonstrações financeiras por diversos motivos, tais como: registro suspenso pela CVM por irregularidades diversas, registro em data posterior ao fim do exercício de 2012, dentre outros. A amostra intermediária foi totalizada em 331 empresas. Em seguida, para a obtenção das duas amostras finais, procedeu-se à classificação das entidades como familiares e não familiares. Para tanto, assim como Oro, Casagrande e Hein (2013), foi utilizado o FR das entidades, que contém informações das relações familiares entre os diversos gestores da organização. Foram identificadas, 167 entidades familiares e 165 não familiares, sendo essas as duas amostras finais deste estudo.

Segundo Alencar (2007 *apud* AVELINO, PINHEIRO E LAMOUNIER, 2012), os estudiosos têm optado por construir o próprio indicador de *disclosure* ou trabalhar com *rankings* já existentes. Neste estudo foi utilizado o modelo de *checklist* proposto por Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012), adaptação da ideia estruturada por Moura *et al.* (2011). Esse constructo é composto por 17 quesitos baseados nas especificações do CPC 04 (R1), conforme ilustrado na Tabela 2.

Tabela 2: *Checklist*

DIMENSÃO DO ATIVO INTANGÍVEL	ITEM N°	DESCRIÇÃO
Valor do intangível/amortização	01	Informações sobre intangíveis separados em classes
	02	Valor de custo do intangível no final do período
	03	Amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no final do período
	04	Valor líquido do intangível no final do período
	05	Valor de custo do intangível no início do período
	06	Eventual amortização acumulada no início do período
	07	Valor líquido do intangível no início do período

**Novas Perspectivas
na Pesquisa Contábil**

	08	Amortização reconhecida no período
Vida útil	09	Classificação da vida útil do intangível como definida ou indefinida
	10	Motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil definida ou indefinida
	11	Prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas
	12	Métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida
Conciliação do valor contábil	13	Rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída
	14	Informações sobre adições, baixas e transferências
	15	Informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas
	16	Informações sobre realizações de testes de <i>impairment</i> e constituição da provisão de perda, quando aplicável
Informação adicional	17	Total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período

Fonte: Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012)

Assim como realizado por Moura *et al.* (2011) e Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012), para a resposta de cada item do *checklist* foi atribuída um resultado (0, 1 ou 2). A nota zero representa a não divulgação da informação pela entidade; a nota 1 foi atribuída caso a empresa evidenciasse a informação em suas notas explicativas; e a nota 2 era utilizada nas situações em que a questão era não aplicável para determinadas empresas. Optou-se por essa metodologia em detrimento à composta por questões binárias (0 e 1) para evitar a penalização das entidades que não revelassem um determinado tipo de informação que não se aplicava à sua realidade operacional.

A utilização do *checklist* determinou o grau de aderência ao CPC 04 (R1) por parte das empresas familiares e não familiares, em cumprimento ao primeiro objetivo específico proposto. Adicionalmente, foi verificado o grau de aderência por dimensão do ativo intangível, ou seja, identificou-se o grau de aderência, de cada empresa, por cada um dos quatro conjuntos de informações pesquisadas: valor do intangível/amortização, vida útil, conciliação do valor contábil e informação adicional.

Com o objetivo de atender ao segundo objetivo específico desta pesquisa, foi avaliado se existe diferença significativa entre o grau de aderência ao CPC 04 (R1) das empresas familiares e o das empresas não familiares. Para isso, inicialmente dois testes estatísticos foram escolhidos para o alcance desse objetivo, a saber: o teste paramétrico *T-student*, como utilizado por Perez e Famá (2006) e o teste não paramétrico Teste U de Mann-Whitney. Este é conhecido como alternativa ao primeiro, por não pressupor a normalidade da distribuição amostral

Para a escolha definitiva de um dos testes, foi necessário verificar se as amostras são ou não normalmente distribuídas. Para isso, assim como Oro, Casagrande e Hein (2013), foi realizado o teste de Shapiro-Wilk. A decisão por aplicar os testes T ou U tem a finalidade de avaliar a existência de diferenças significativas entre os valores das médias de duas amostras.

Dessa forma, para a realização desta pesquisa foi estabelecida a seguinte hipótese nula (**H₀**): **não existem diferenças significativas entre o nível de *disclosure* dos ativos intangíveis praticado pelas empresas familiares e não familiares.** Essa hipótese é rejeitada caso existam diferenças significativas entre as médias dos graus de aderência ao CPC 04 (R1) por parte das empresas familiares e as mesmas médias por parte das empresas não familiares.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

4.1. AMOSTRA INTERMEDIÁRIA, FINAL 1 E FINAL 2

A Tabela 3 apresenta o resumo da evidenciação de cada item que compõe o *checklist* utilizado neste estudo, considerando as amostras Intermediária, Final 1 (empresas familiares) e Final 2 (não familiares).

Tabela 3: Resumo das Evidenciações – Amostras Intermediária, Final 1 e Final 2

Item de Evidenciação	Evidenciação (Nota 1)					
	Amostra Intermediária		Amostra Final 1 (Familiares)		Amostra Final 2 (Não Familiares)	
	Nº de empresas	%	Nº de empresas	%	Nº de empresas	%
01 - Informações sobre ativos intangíveis separados em classes	310	93,9%	156	94,0%	154	93,3%
02 - Valor de custo do intangível no final do período	239	72,2%	116	69,9%	123	74,5%
03 - Amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no final do período	242	75,4%	117	70,5%	125	75,8%
04 - Valor líquido no intangível no final do período	331	100%	166	100%	165	100%
05 - Valor de custo do intangível no final do período	208	63,0%	103	62,0%	105	63,6%
06 - Eventual amortização acumulada no início do período	217	68,0%	107	64,5%	110	66,7%
07 - Valor líquido no intangível no início do período	331	100%	166	100%	165	100%
08 - Amortização reconhecida no período	231	72,2%	119	71,7%	112	67,9%
09 - Classificação da vida útil do intangível como definida ou indefinida	236	71,3%	125	75,3%	111	67,3%
10 - Motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição	1	0,3%	1	0,6%	0	0,0%

Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil

11 - Prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas	250	76,7%	127	76,5%	123	74,5%
12 - Métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida	266	81,3%	135	81,3%	131	79,4%
13 - Rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída	216	67,7%	110	66,3%	106	64,2%
14 - Informações sobre adições, baixas e transferências	258	79,6%	130	78,3%	128	77,6%
15 - Informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas	93	28,1%	53	31,9%	40	24,2%
16 - Informações sobre realizações de testes de <i>impairment</i> e constituição da provisão para perda, quando aplicável	309	93,4%	160	96,4%	149	90,3%
17 - Total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período	66	42,3%	21	12,7%	45	27,3%

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa

Os itens 4 (valor líquido do intangível no final do período) e 7 (valor líquido do intangível no início do período) foram os de maior evidênciação nas três amostras, alcançando a totalidade das empresas analisadas. Tal fato ocorre devido às informações desses quesitos serem apresentadas no BP da entidades, disponibilizados por meio das DFPs. Ainda assim, grande parte das empresas tem a prática de ratificar essa informação em suas NEs. Esse resultado vai de encontro aos achados de Lopes *et al.* (2012), que identificou a classificação da vida útil como definida ou indefinida como o item de maior divulgação.

O item de menor evidênciação, também encontrado nas três amostras, foi o de nº 10 (motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil definida ou indefinida), revelado apenas por uma entidade, a saber, familiar. Percebe-se que a maioria das empresas tem a prática de evidenciar apenas a classificação da vida útil de seus ativos intangíveis como definida ou indefinida (item 7), mas não expõem as razões dessa classificação.

Cabe destacar que o item 16, que trata a respeito de realizações de testes de *impairment* no ativo intangível, tema bastante relevante quando se trata da adoção das normas internacionais de Contabilidade, foi evidenciado por 93,4% das empresas, sendo a maioria delas familiares. Quase a totalidade das entidades pesquisadas informaram em suas NEs que o ágio e os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados e sim são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, no mínimo, um vez por ano; fato também citado nos resultados encontrados por Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012).

O item 15 foi evidenciado por apenas 28,1% das empresas, somando 93 entidades que apresentaram qualquer informação a respeito de ativos mantidos para venda e outras baixas, quesito de segunda menor aderência considerando a amostra intermediária. Desse total, 53 foram empresas familiares e 40 não familiares.

Quanto à separação do ativo intangível em classes (item 1), observa-se que grande parte das empresas pesquisadas apresentam seu valor apenas de forma sintética no BP das DFPs.

Entretanto, há um maior detalhamento das classes que compõe o ativo intangível total, nas NEs. Dessa forma, 93,9% das empresas apresentaram essas informações. Ao considerar apenas as entidades não familiares, esse quesito foi o terceiro maior divulgado, somando 154 empresas, que representam 93,3%.

A maior diferença entre os itens do *checklist* se deu no de número 17. Enquanto 12,7% das empresas familiares apresentaram a informação, esse valor alcançou 27,3% nas entidades não familiares.

A Tabela 4 apresenta a média dos índices de evidenciação das três amostras do estudo, considerando cada um dos 4 grupos de informações pesquisadas.

Tabela 4: Índice de evidenciação por grupo – Amostra Intermediária, Final 1 e Final 2

Dimensão do Ativo Intangível	Média do índice		
	Amostra intermediária	Amostra final 1 (familiares)	Amostra final 2 (não familiares)
Grupo I - Valor do intangível / amortização (Itens 1 a 8)	0,81	0,79	0,80
Grupo II - Vida Útil (Itens 9 a 12)	0,74	0,75	0,71
Grupo III - Conciliação do Valor Contábil (Itens 13 a 16)	0,50	0,52	0,48
Grupo IV - Informação Adicional (Item 17)	0,42	0,13	0,27

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa

Nas três amostras, o Grupo I (valor do intangível/amortização) apresentou o maior índice de evidenciação. As informações mais evidenciadas nesse grupo dizem respeito ao quesitos de separação do ativo intangível em classes, de valor líquido do intangível no início e no final do período.

O segundo grupo a apresentar o maior índice de evidenciação foi o II. Em relação a esse grupo, a informações mais divulgadas se relacionam com o método de amortização utilizado para os ativos intangíveis de vida útil definida e o prazo de vida útil ou a taxa de amortização utilizada se mostrou como a segunda informação mais divulgada.

Em relação ao grupo III, observa-se que a média do índice encontrada foi 50% na amostra intermediária, 52% nas empresas familiares e 48% nas não familiares. Dos quatro quesitos que o compõe, o de maior evidenciação diz respeito às informações sobre realizações de testes de *impairment* e constituição de provisões para perda, quando aplicável. O quesito de menor evidenciação está relacionado às informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas, representado pelo item 15.

Por fim, o grupo IV foi o que apresentou os menores índices de evidenciação. Esse grupo, que contém apenas um item, está relacionado ao total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período. Observa-se que as entidades tem a prática de mencionar, em suas NEs, os gastos com pesquisas e desenvolvimento, entretanto não fornecem detalhes suficientes, não divulgando o montante reconhecido como despesa. As entidades que mais apresentaram essa informação estão ligadas ao setor elétrico, já que são obrigadas a destinar parte de seus recursos aos programas de eficiência energética, instituídos pela Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000.

Os resultados encontrados em relação à dimensão dos ativos intangíveis nesta pesquisa corroboram com os achados de Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012), na medida em que o grupo I a IV apresentaram, respectivamente, índices decrescentes de *disclosure*.

4.2. COMPARATIVO – AMOSTRAS FINAIS 1 E 2

Conforme já mencionado, foram calculados os graus de aderência ao CPC 04 (R1) de cada empresa das duas amostras finais, em valores percentuais. As empresas que porventura obtiveram nota 2 em algum dos itens do *checklist* tiveram seus índices calculados com a exclusão desse item, com o objetivo de não comprometer o resultado final. Os valores da estatística descritiva dos índices dessas duas amostras são apresentados na Tabela 5:

Tabela 5: Estatística descritiva – Amostras Finais 1 e 2

	Tamanho da amostra	Grau de aderência			Desvio padrão
		Médio	Mínimo	Máximo	
Amostra Final 1 (familiares)	166	69,88%	18,75%	94,12%	19,91%
Amostra Final 2 (não familiares)	165	70,28%	5,88%	94,12%	19,95%

Fonte: elaboração própria, com base em dados do STATA

Observa-se que nenhuma entidade apresentou 100% de grau de aderência ao CPC 04 (R1). Os valores máximos foram iguais nas duas amostras analisadas, totalizando 94,12%. Por outro lado, a entidade que apresentou o menor índice está inserida na amostra final 2, com um total de 5,88% de evidenciação. Os valores mínimo e máximo encontrados corroboram com os achados de Moura *et al.* (2011) que encontrou, respectivamente, 6% e 94%.

No tocante ao grau de aderência médio, as empresas familiares apresentaram 69,88% enquanto as não familiares, 70,28%. Tais valores também se mostram próximos aos encontrados na pesquisa de Moura *et al.* (2011). Embora o autor tenha encontrado um índice médio de 61%, foram identificados valores de até 67% em empresas do setor de tecnologia da informação e de construção e transporte.

As amostras finais 1 e 2 foram submetidas preliminarmente, com o auxílio do software *Stata*, ao teste de Shapiro-Wilk, com o objetivo de identificar a normalidade da sua distribuição. Os resultados das duas amostras apresentaram valores de p-valor < 0,0000, rejeitando a hipótese nula do teste, que considera as amostras normalmente distribuídas.

Uma vez que a distribuição normal do conjunto de dados é pré-requisito para a realização do teste T, optou-se pela utilização do teste não paramétrico Mann-Whitney (Teste U), com o objetivo de comparar o grau de aderência ao CPC 04 (R1) entre as duas amostras finais. Dessa forma, a existência de diferenças significativas entre seus valores leva à rejeição da hipótese nula (H_0). Ao todo foram realizados cinco testes: quatro relativos ao grau de aderência por grupo de informações pesquisadas (grupos I a IV), e o último relativo ao grau de aderência total das empresas, considerando todos os 17 itens do *checklist*.

Todos os testes foram aplicados utilizando um grau de significância estatística de 5%. A rejeição da hipótese nula poderia levar à aceitação de uma possível hipótese alternativa (H_a): **o nível de *disclosure* dos ativos intangíveis praticado pelas empresas familiares é menor que o das companhias não familiares**. Os resultados encontrados nos testes encontram-se resumidos na Tabela 6, a seguir:

Tabela 6: Resultado do teste de Mann-Whitney (Teste U) nas amostras finais 1 e 2

Dimensão	Grupo I (Itens 1 a 8)	Grupo II (Itens 9 a 12)	Grupo III (Itens 13 a 16)	Grupo IV (Item 17)	Geral (Itens 1 a 17)
p-valor	0,6953	0,1852	0,3140	0,0001	0,9591

Fonte: elaboração própria, com base em dados do STATA

Observa-se que a hipótese nula da pesquisa, a qual utiliza como parâmetro o grau de aderência considerando todos os 17 quesitos do *checklist*, não foi rejeitada. Os demais testes realizados, relativos aos grupos de informações pesquisadas, têm o intuito de verificar se haveria diferenças entre o nível de evidenciação das empresas familiares e não familiares considerando cada uma das dimensões dos itens do *checklist*.

O primeiro teste realizado, relativo ao grupo I, apontou um p-valor de 0,6953. Tal resultado indica que não há diferenças estatisticamente significantes entre o nível de evidenciação das empresas familiares e não familiares, no tocante a esses oito quesitos. Resultado similar foi encontrado nos testes relativos aos grupos II e III, que, respectivamente, apresentaram 0,1852 e 0,3140 como p-valor. Entretanto, resultado diverso foi encontrado no teste do grupo IV. Este último apresentou um p-valor de 0,0001, resultado inferior ao nível de significância estatística do teste. Dessa forma pode-se admitir, então, que, em relação ao total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período, as empresas familiares tendem a divulgar um menor número de informações em comparação às entidades não familiares.

5. CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como objetivo geral identificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis praticado pelas empresas familiares e não familiares listadas na BM&FBovespa, tendo por base o exercício social de 2012. A partir da premissa de que “as empresas familiares possuem características aderentes à gestão conservadora” (Machado, Almeida e Scarpin, 2011) foi formulada a hipótese de que não existem diferenças significativas entre o nível de *disclosure* dos ativos intangíveis praticado pelas empresas familiares e não familiares.

Na análise da estatística descritiva, observou-se que o grau de aderência ao CPC 04 (R1) médio das empresas familiares e não familiares foi, respectivamente, 69,88% e 70,28%. Esses dois resultados mostram-se próximos dos achados de Moura *et al.* (2011) e Lopes *et al.* (2012) que encontram um índice médio de 61% e 61,94%, respectivamente.

O menor grau de aderência encontrado foi apresentado por uma entidade não familiar, totalizando 5,88%, enquanto o maior foi encontrado em empresas familiares e não familiares, num total de 94,12%. Esses dois índices também corroboram com os achados de Moura *et al.* (2011) que encontrou 6% e 94% para o menor e maior índices, respectivamente.

Assim como verificado por Santos *et al.* (2012), nenhuma entidade deixou de apresentar ao menos alguma informação acerca dos ativos intangíveis e, suas demonstrações, particularmente nas NEs.

Os resultados da estatística inferencial apontaram que não foi possível rejeitar a hipótese nula da pesquisa. Conclui-se que não há diferenças no nível de *disclosure* de ativos

intangíveis entre os dois segmentos de empresas pesquisados. Entretanto, resultado diverso foi identificado no tocante ao total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período, item 17 do *checklist*. Infere-se, pois, que a característica familiar das entidades influencia a divulgação desse quesito em particular.

Como sugestões de futuras pesquisas, aponta-se a utilização de outros *checklists*, como o utilizado por Santos *et al.* (2012), além da análise mais ampliada a partir de demonstrações contábeis de outros exercícios financeiros, visando a comparação dos resultados. Técnicas estatísticas mais robustas, como a análise de regressões, são também recomendadas, visando a comparação entre variáveis. São viáveis, ainda, a inserção de variáveis explicativas, tais como tamanho, setor de atuação e nível de governança corporativa.

6. REFERÊNCIAS

- AVELINO, B. C.; PINHEIRO, L. E. T.; LAMOUNIER, W. M. Evidenciação de ativos intangíveis: estudo empírico em companhias abertas. *Revista de Contabilidade e Organizações*, vol. 6 n. 14 (2012) p. 22-45.
- BEUREN, I. M.; BOFF, M. L.; HEIN, N. Informações recomendadas pelo Parecer de Orientação nº 15/87 da CVM nos relatórios da administração de empresas familiares de capital aberto. *In: Congresso Usp de Controladoria e Contabilidade*, 8., 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, 2008.
- BOFF, M. L. Estratégias de legitimidade organizacional de Lindblom na evidenciação ambiental e social em relatórios da administração de empresas familiares. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007.
- BRASIL. Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações.
- BRASIL. Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007.
- CARNEIRO, J. E.; LUCA, M. M. M., OLIVEIRA, M. C. Análise das Informações Ambientais Evidenciadas nas Demonstrações Financeiras das Empresas Petroquímicas Brasileiras listadas na Bovespa. *Revista Vista & Revista*, Belo Horizonte, v. 19, n.3, p. 49-67, jul./set. 2008.
- CAVALCANTE, F.; MISUMI, J. Y.; RUDGE, L. F. Mercado de capitais: o que é, como funciona. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.
- CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1.055 de 24 de outubro de 2005. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e dá outras providências.
- CODIM - COMITÊ DE ORIENTAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO MERCADO. Pronunciamento de Orientação nº 09 de 27 de abril de 2011. Instruções preparativas para o formulário de referência.
- COLAUTO, R. D. *et al.* Evidenciação de ativos intangíveis não adquiridos nos relatórios da administração das companhias listadas nos níveis de governança corporativa da Bovespa. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, v. 20, n. 1, p. 142-169, 2009.
- CUNHA, A. G. *et al.* Evidenciação de Ativos Intangíveis: um estudo com Empresas Brasileiras. IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGET, Associação Educacional Dom Bosco, Rio de Janeiro, 2010.
- CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Comunicado de 07 de dezembro de 2009.

- CVM - COMISSÃO DE VALORES IMOBILIÁRIOS. Instrução nº 480 de 7 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o registro de emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários.
- FALCÃO, E. Divulgação em demonstrações financeiras de companhias abertas. Caderno de Estudos, n. 12, São Paulo, FIPECAFI – FEA/USP, set. 1995.
- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999.
- IUDÍCIBUS, S. Teoria da Contabilidade. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- LANZANA, A. P. Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras. 2004. 161 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- LETHBRIDGE, E. Tendências da empresa familiar no mundo. Revista BNDES, n. 7, jun./1997.
- LOPES, L. C. *et al.* Evidenciação das informações dos ativos intangíveis: Um estudo sobre o nível de aderência das companhias brasileiras do setor de bens industriais listadas na Bolsa de Valores do Brasil ao CPC 04. *In:* Congresso Usp de Iniciação Científica em Contabilidade, 10., 2013, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, 2011.
- MACHADO, D.G.; ALMEIDA, D.M.; SCARPIN, J.E. Endividamento e lucratividade: um estudo em empresas Familiares e não familiares que compõem o índice ibrx-100 da Bm&fbovespa. *In:* Congresso de Contabilidade e Controladoria da USP, 11. 2011. Anais... São Paulo: USP, 2011.
- MARTINS, Eliseu. Contribuição à avaliação do ativo intangível. São Paulo, 1972. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.
- MOURA, G. D. *et al.* Boas práticas de governança corporativa e evidenciação obrigatória dos ativos intangíveis. *In:* Congresso Usp de Controladoria e Contabilidade, 11., 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, 2011.
- OLIVEIRA, I. M. S. Uma investigação sobre a prestação de contas das entidades do terceiro setor brasileiro. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Contábeis) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- ORO, I. M.; CASAGRANDE, R. M.; HEIN, N. Endividamento e lucratividade de empresas familiares da BM&FBovespa: um estudo nos estágios da propriedade. *In:* Congresso Usp de Controladoria e Contabilidade, 13, 2013. São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, 2013.
- PAULO, I. I. S. L. M.; CAVALCANTE, P. R. N. C. Estudo sobre o conservadorismo contábil nas companhias abertas familiares e não-familiares no mercado brasileiro. *In:* Congresso Usp de Controladoria e Contabilidade, 12., 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, 2012.
- PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos Intangíveis e o desempenho empresarial. Revista Contabilidade e Finanças USP, São Paulo, n 40, p. 7-40, Jan/Abr. 2006.
- ROVER, S. *et al.* Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando análise de regressão em painel. *In:* Congresso Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 3., 2009, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPCONT, 2009. CD-ROM.
- SANTOS, A. V. F. *et al.* Evidenciação de Ativos Intangíveis nas Empresas Industriais mais Inovadoras Segundo Classificação do Índice Brasil de Inovação (IBI). Revista ADM.MADE, Rio de Janeiro, ano 12, v.16, n.1, p.1-23, janeiro/abril, 2012.
- SIEGEL, S. Estatística não Paramétrica (para ciências do comportamento). São Paulo, Mc Graw-Hill, 1975.
- SOUZA, L. M.; BARBOSA, F. R. Legibilidade dos formulários de referência das empresas

**Novas Perspectivas
na Pesquisa Contábil**

participantes dos níveis de governança corporativa no Brasil, 8, 2011. São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2011.

ZITTEI, M. V. M.; POLITELO, L.; SCARPIN, J. E. Nível de evidenciação contábil das organizações do terceiro setor, 11, 2013. São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2013.